



Fwd: Rapidim Nº 100 - 16 de junho de 2008

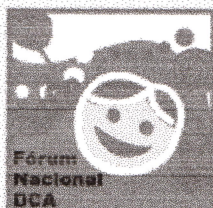
De: **Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente -SP** (fedca-sp@ig.com.br)

Enviada: segunda-feira, 16 de junho de 2008 14:33:53

Para: forumdcaestadual@googlegroups.com

Anexos: image001.gif (11,5 KB)

Verificação de segurança no download 



Rapidim

Informativo Eletrônico do Fórum Nacional DCA

ANO 8 - Nº **100** - 16 de junho de 2008

20 ANOS DE ATUAÇÃO PELA CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Comunicação é ferramenta para articular e mobilizar

O Informativo Eletrônico do Fórum Nacional DCA, o **Rapidim**, chega à sua edição de número 100 mais vivo do que nunca. Nestes oito anos de circulação, veiculou notícias boas, ruins e tristes. Enfrentou dificuldades para continuar existindo, saiu de cena em alguns momentos, mas nos últimos anos tem mantido sua periodicidade e, principalmente, buscado cumprir seu papel de atuar como canal de diálogo entre os atores da sociedade civil que atuam com a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O Secretariado Nacional do Fórum DCA aproveita a oportunidade para ratificar seu compromisso de promover o diálogo interno na sociedade civil. O Secretariado está empenhado em obter os recursos necessários para a manutenção do **Rapidim**, bem como de outras estratégias de comunicação, por entender que estas ferramentas são fundamentais nos processos de articulação e mobilização. Parabéns **Rapidim!**

II Seminário Regional 18 anos do ECA reuniu 110 militantes

O **II Seminário Regional 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente** da região centro-oeste reuniu em Brasília na semana passada 110 militantes. O evento foi promovido pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e discutiu os desafios e conquistas nestes 18 anos do ECA, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, o Plano Nacional de Convivência

Familiar e Comunitária e ações de combate e prevenção ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil.

Os participantes representaram os Fóruns DCAs Estaduais do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e ainda o de Tocantins que, mesmo não pertencendo à região, juntou-se ao grupo. Durante todo evento, as delegações fizeram apresentações sobre a realidade de seus estados e trocaram experiências.

Ricardo Paiva de Souza, sociólogo e coordenador de projetos da Save the Children Suécia, ressaltou em sua exposição o papel da Convenção Internacional dos Direitos da Criança como documento maior para a área dos direitos infanto-juvenis. Ele lamentou que poucas organizações no Brasil desenvolvam seus trabalhos baseados nos princípios da Convenção.

Já o consultor José Fernando da Silva, ao apresentar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, destacou a necessidade de elaboração urgente de um plano nacional de direitos humanos para as crianças e os adolescentes. "Temos que parar de fragmentar a criança para articularmos melhor nossas ações", sugeriu.

O seminário regional faz parte das atividades que estão sendo desenvolvidas em todo o País pelo chamado Grupo dos 18 Anos do ECA, criado para mobilizar a sociedade em torno do aniversário do Estatuto. O Grupo reúne ONGs, parlamentares, assessores, órgão governamentais, organismos internacionais e articulações em rede.

Norte – Ao todo, o Fórum Nacional DCA realizará até agosto seis *Seminários Regionais*. O primeiro foi realizado em Natal (RN), reunindo parte dos estados do Nordeste. E o próximo será em Manaus, de 29 a 31 de julho, com as delegações do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. No final do ano, O Fórum lançará uma publicação com o balanço dos encontros. Veja o calendário dos próximos encontros:

- ✓ *III Seminário Regional 18 anos do ECA* – Manaus (AM) - 29 a 31 de julho.
- ✓ *IV Seminário Regional 18 anos do ECA* – Curitiba (PR) - 05 a 07 de agosto.
- ✓ *V Seminário Regional 18 anos do ECA* – Belo Horizonte (MG) - 20 a 22 de agosto.
- ✓ *VI Seminário Regional 18 anos do ECA* – Recife (PE) - 27 a 29 de agosto.

Apoio – Os seminários regionais contam com a parceria do Fundo Nacional para a Infância e Adolescência/Conanda/Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, juntamente com Kindernothilfe (KNH), Aldeias Infantis SOS, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista, Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP, Conselho Federal de Psicologia – CFP, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, Salesianos, União Norte Brasileira de Educação e Cultura UNBEC/Marista, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e PLAN Internacional.

Brasil já conta com lista de piores formas de trabalho infantil

Como parte das celebrações pelo Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na última quarta-feira o decreto regulamentando a Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que lista as piores formas de trabalho infantil.

Fazem parte da lista todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão; a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes; o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

Segundo o presidente, a fiscalização contra o trabalho infantil será mais efetiva a partir de agora. "Se a sociedade participar, será mais fácil ainda", disse Lula.

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego e ministro interino, André Figueiredo, destacou a iniciativa como a reafirmação do compromisso do governo brasileiro com a infância brasileira. Figueiredo anunciou a disponibilização na internet do Sistema de Informações Sobre o Trabalho Infantil, versão eletrônica do Mapa de Indicativos do Trabalho Infantil e alimentado pela fiscalização do trabalho. O endereço eletrônico é <http://siti.mte.gov.br>.

*** Veja a lista completa das 113 Piores Formas de Trabalho Infantil**



Fórum Nacional participa de evento ibero-americano

O Fórum Nacional DCA participa esta semana do V Fórum Ibero-americano de ONGs que atuam com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. O evento acontece de 15 a 19, em San Salvador, capital de El Salvador. A Secretária Nacional do Fórum DCA, Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista), representará o Secretariado.

Outras duas organizações brasileiras – Associação Nacional dos Centros de Defesa (Anced) e os Maristas – também participarão do evento. Este é o terceiro ano consecutivo que o Fórum DCA é convidado para apresentar sua experiência no encontro, que reúne organizações de todos os países que integram a região.

Nesta edição, os temas em debate são segurança e desenvolvimento humano, violência, recomendações da ONU e OEA, crises, monitoramento e avaliação.

Anced divulga Carta Pública sobre situação da infância

A Associação Nacional dos Centros de Defesa (Anced) divulgou Carta Pública, aprovada em sua XII Assembléia Geral, realizada nos dias 2, 3 e 4 de junho, em Guarulhos (SP), com posicionamento unânime de todos os Centros de Defesa sobre a situação das crianças e adolescentes brasileiras no ano em que se comemora os 18 anos do ECA. A seguir a íntegra do texto.

DEMOCRACIA REAL, DIREITOS HUMANOS EFETIVADOS E DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, JUSTO E SUSTENTÁVEL:**ESTA É NOSSA PROPOSTA PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE BRASILEIRAS**

Os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA's – filiados à ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, reunidos em Assembléia Geral nos dias 02 a 04 de junho de 2008, na cidade de Guarulhos, SP, se dirigem à sociedade brasileira para expressar o seguinte comunicado:

1. O País tem se confrontado com chocantes notícias de violência contra crianças e adolescentes. A mídia nos traz informações cotidianas de tortura, cárcere privado, assassinatos, negligência, extermínio e toda ordem de violências institucionais e interpessoais, praticadas no ambiente público e privado. Para além da visibilidade dada pela mídia, muitas vezes



transformando equivocadamente a tragédia em espetáculo, somos confrontados com a absurda situação de sermos um País que avançou na definição de marcos legais que reconhecem direitos, mas, ao contrário, aprofunda padrões de produção de violência;

2. Esta situação revela um tecido socialmente estruturado sob relações violentas. A fratura social que nos configura como povo alcança as crianças, adolescentes e jovens mais diretamente. São milhões de seres humanos submetidos à pobreza, à exploração econômica, à ausência de um sistema universal de políticas públicas de qualidade. Na realidade concreta, opressões estruturais e históricas oriundas do racismo, do machismo, da pobreza, da desigualdade regional são superpostas numa teia de iniquidade assustadora. O fato de serem crianças, adolescentes e jovens os torna mais expostos a estas negações de direito;

3. No ano de aniversário dos 18 anos do ECA, 18 anos da ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, 20 anos da Constituição Federal e 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o sentimento de milhões que têm seus direitos violados é de que estas normativas de pouco lhes serviram. São os milhões de

"sem-direitos" que habitam as paisagens urbanas, os assentamentos, os abrigos, os centros de internamento, a ausência de sentido. Neste momento, vozes conservadoras mantêm-se no seu objetivo de fazer retroceder os avanços no marco legal e institucional. Por outro lado, o crescente número de adolescentes privados de liberdade revela uma tendência de controle social punitivo criminalizante. Ao invés de padrões de Justiça que permitam a estes adolescentes uma revinculação com a sociedade em patamares de equidade, participação e dignidade, a resposta hegemônica continua a ser a rotulação estigmatizante, vaticinando seu destino à exclusão social;

4. Esta trajetória, contraditória em sua essência, nos obriga a uma conduta serena e radical. Sabemos que não mudamos uma equação temporal de 500 anos em 18, contudo, não podemos esperar nem calar diante de uma política de desenvolvimento e de opções macroeconômicas que mantêm a vergonhosa acumulação de riquezas, a destruição ambiental e a humilhantes ciclos de dependência. Em nome de um pretenso crescimento, o País permaneça à espera de reformas estruturais capazes de superar as causas históricas da desagregação social que vivemos;

5. Contudo a violência contra crianças e adolescentes revela outra face: a identidade de um mundo adulto que, por um lado, nega a humanidade de crianças e adolescentes, arrancando-lhes sua dignidade e, por outro, transforma-lhes em objetos do hiper-consumo e do hiper-individualismo.

Assim, reafirmamos nosso compromisso com o projeto ético-político de uma sociedade justa, democrática e sustentável, pelo que, continuaremos a fazer do engajamento militante, da postura crítica e independente frente a todos os governos e da proteção jurídico-social de direitos humanos nossas ferramentas de projeção de um mundo de homens e mulheres livres e iguais em todas as suas gerações.

XII Assembléia Geral Ordinária da ANCED

Guarulhos/SP, 04 de junho de 2008.

CNAS elege novos conselheiros da sociedade civil

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) realizou no último dia 4 a eleição que escolheu nove conselheiros titulares e seus respectivos suplentes representantes da sociedade civil para a gestão 2008/2010. Entre as propostas para a nova gestão, destacam-se a participação do usuário dos serviços socioassistenciais nas discussões que envolvam a atuação das políticas públicas em âmbito nacional, o fortalecimento de pequenas entidades (relacionadas à assistência social) e a nova proposta na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Confira o resultado da eleição:

Representantes de entidades e organizações de assistência social

1º Titular - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

1º Suplente - União Social Camiliana

2º Titular - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços

2º Suplente - Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo

3º Titular - Associação da Igreja Metodista

3º Suplente - Federação Espírita Brasileira

**Representantes dos usuários e organizações de usuários da
assistência social**

1º Titular - Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape)

1º Suplente - Associação Brasileira de Autismo (Abra)

2º Titular - União Brasileira de Cegos (UBC)

2º Suplente - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

3º Titular - Federação Nacional das Apaes

3º Suplente - Movimento Nacional de População de Rua

Representantes dos trabalhadores da área de assistência social



1º Titular - Federação Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas)

1º Suplente - Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (Abedev)

2º Titular - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas (Fenatibref)

2º Suplente - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

3º Titular - Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi)

3º Suplente - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

CURTAS

Santa Catarina – O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi tema de seminário promovido em Florianópolis (SC), nos dias 4 e 5 de junho, pelo Fórum DCA Estadual de Santa Catarina. O evento reuniu mais de mil participantes, representantes de várias instituições da sociedade civil e do governo, da capital e do interior. O consultor José Fernando da Silva, a convite do Fórum Nacional DCA, apresentou o Sinase, que foi amplamente debatido. A Secretária Adjunta do Fórum Nacional, Rachel Niskier (Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP), participou do seminário e teve a oportunidade de se manifestar em duas ocasiões.

Prêmio – Profissionais e instituições que trabalham com a socioeducação de adolescentes em conflito com a lei podem inscrever seus projetos, programas ou pesquisas na 3ª edição do Prêmio Sócio-Educando. As inscrições (gratuitas) para o Prêmio estão abertas até o dia 18 de julho, por meio do site www.socioeducando.org.br. As inscrições devem ser realizadas em duas etapas: o preenchimento da ficha de inscrição eletrônica e o envio do roteiro que contém dados específicos do projeto, pelo correio, à equipe do Prêmio. A Comissão Organizadora avaliará os dados recebidos e selecionará três projetos finalistas por categoria, que receberão visitas técnicas para a comprovação da veracidade das informações apresentadas. Ao final deste processo, a Comissão Julgadora definirá os vencedores e as menções honrosas, quando for o caso. O Prêmio Sócio-Educando é uma iniciativa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud/Brasil), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Agência de Notícias para os Direitos da Infância (ANDI).

Sergipe - O Movimento Social da Infância e o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sergipe divulgaram Nota Pública denunciando os últimos acontecimentos

--

Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP

Você recebeu esta mensagem porque está inscrito no Grupo "Comunicação do Fórum Estadual de DCA-SP" em Grupos do Google.

Para postar neste grupo, envie um e-mail para forumdcaestadual@googlegroups.com

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para forumdcaestadual-unsubscribe@googlegroups.com

Para ver mais opções, visite este grupo em <http://groups.google.com/group/forumdcaestadual?hl=pt-BR>

envolvendo a ação arbitrária, ilegal, agressiva e truculenta da Polícia Militar (PM) do Estado de Sergipe contra as crianças, adolescentes e trabalhadores do MOTU – Movimento dos Trabalhadores Urbanos, no dia 7 de junho de 2008, cujas agressões foram veiculadas pela TV Sergipe. No texto, o Fórum DCA-SE informa que notificará as autoridades nacionais e internacionais sobre essa violação dos direitos humanos.

EXPEDIENTE

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Apoio: Fundo Nacional para Infância e Adolescência / Conanda / Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Kindernohtilfe (KNH), Aldeias Infantis SOS, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista, Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP, Conselho Federal de Psicologia – CFP, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF e Salesianos.

O *Rapidim* conta com a colaboração da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Jornalista Responsável: Luís Cláudio Alves (2434 – DF) – (61) 9982-8367.

Secretariado Nacional

Secretária Nacional: Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista); Secretária Adjunta: Rachel Niskier (Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP); Secretária de Finanças: Iolete Ribeiro (Conselho Federal de Psicologia – CFP); Secretário de Articulação: Geraldo Gonçalves (Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF).

Suplência

Salesianos e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR).

Conselho Fiscal

Federação das Associações Cristãs de Moços – ACM, a Pastoral do Menor da CNBB e União Geral dos Trabalhadores – UGT. Suplentes: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal e Comunidade Baha'i.

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA

Secretária executiva: Selma Batista – Assistente Financeiro: Luiz Pociônio do Nascimento Jr - SAS Quadra 05, Bloco N, Lote 01, sala 221 – 70.070-913 - (61) 3323-6992 ou 3322-6444 – forumdca@forumdca.org.br – www.forumdca.org.br.

